

MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.619.104/0001-41

RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE QUARTO CENTENÁRIO

QUARTO CENTENÁRIO – PR

2016

MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.619.104/0001-41

SUMÁRIO

1.	Apresentação	3
2.	Objetivo Geral.....	4
3.	Responsáveis pela elaboração do relatório.....	4
4.	Organização e metodologia do monitoramento.....	5
5.	Relação das metas do Plano Municipal de Educação.....	5
6.	Informações complementares	5
	ANEXOS	7



MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.619.104/0001-41

1. Apresentação

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, só se efetivará a partir do esforço de todos os entes federativos na consecução das suas diretrizes, metas e estratégias. Nesse sentido, um grande movimento ocorreu no País, onde os Estados, O Distrito Federal e os municípios elaboraram planos de educação à luz do PNE, a partir de ampla mobilização e participação social.

O momento agora requer que esses planos sejam monitorados continuamente e avaliados periodicamente, de forma a efetivar os direitos constitucionalmente consagrados a todos os cidadãos, concretizando, assim, o PNE.

Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), em parceria com o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), constituiu a Rede de Assistência Técnica para Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação com o objetivo de apoiar os entes federativos no processo em pauta.

O Plano Municipal de Educação do Município de Quarto Centenário, sancionado pela Lei Nº518 de 23 de Junho 2015, foi elaborado em conjunto entre o Poder Executivo, Poder Legislativo e os diversos segmentos da sociedade civil organizada.

Por conseguinte, para o Processo de Monitoramento e Avaliação do referido Plano Municipal, o Departamento Municipal de Educação, no uso de suas atribuições que lhes são concedidas pela Prefeitura Municipal de Quarto Centenário – PR, designou Comissão Coordenadora, constituída pelo Decreto Nº 939 de 30 de setembro de 2016, a fim de executar os trabalhos em quatro etapas: Organizar o trabalho, estudar o Plano, Monitorar continuamente as metas e estratégias e avaliar o Plano periodicamente.

Assim sendo, este documento traz o relatório anual sobre o processo de monitoramento e avaliação do PME supracitado.

AVENIDA PARANÁ, 1.309, CENTRO - CEP 87.365-000 - TEL/FAX. 44.3546-1176

www.quartocentenario.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.619.104/0001-41

2. Objetivo Geral

Apresentar o relatório anual sobre processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação do Município de Quarto Centenário – PR, e anexos.

São responsáveis pela elaboração desse relatório:

Alice Miyuki Miyashita – **Dirigente do Órgão Municipal de Educação;**

Aparecida Reberti Dalacqua - **Representante da Assessoria Pedagógica;**

Vilma Aparecida Alves Valle – **Representante da Coordenação Educacional e Pedagógica do Ens. Fundamental-Anos Iniciais;**

Luciana de Souza Molina – **Representante da Coordenação Educacional e Pedagógica da Educação Infantil;**

Dilma Maria dos Santos Ferreira Barbosa - **Representante dos Diretores das instituições Escolares e Conselho FUNDEB;**

Ofélia Ramos Gonçalves – **Representante dos Professores;**

Tereza de Fátima Cordeiro – **Representante dos Educadores Infantis;**

Elenice Nunes Carlucci - **Representante dos Conselhos Escolares;**

Elizabeth Rodrigues da Silva - **Representante do Conselho Municipal de Educação;**

Darci Moreno Fernandes - **Representante da Sociedade Civil**

O trabalho foi organizado por uma agenda (anexo) e seu desenvolvimento se deu por orientações via Núcleo Regional de Educação através da técnica Fernanda Gorri Pareja e aplicação pela Comissão Coordenadora do PME.

Até a elaboração deste relatório, a Comissão Coordenadora do PME realizou alguns encontros onde foram discutidas e preenchidas as fichas de trabalho, partes A e B que já foram enviadas à responsável no Núcleo Regional de Educação, (conforme data no cronograma anexo) além da leitura, discussão e análise dos descritores e metas do PME (conforme atas e fotos anexas), fazendo apontamentos e registros que embasarão os trabalhos futuros através das notas técnicas. Para melhor efetivação dos trabalhos, bem como aproveitamento de tempo, cada participante recebeu uma cópia do Plano Municipal de Educação e foi orientado a

AVENIDA PARANÁ, 1.309, CENTRO - CEP 87.365-000 - TEL/FAX. 44.3546-1176

www.quartocentenario.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.619.104/0001-41

fazer leitura individual e analítica antes de cada encontro, o que facilitou as discussões e apontamentos das metas e estratégias que não são de responsabilidade do Município.

Organização e metodologia do monitoramento

3. Relação das metas do Plano Municipal de Educação

Todas as metas para o município de Quarto Centenário estão descritas no documento anexo a este relatório, não havendo metas não correspondente ao mesmo.

Participaram do monitoramento e avaliação do PME os seguintes segmentos:

- Profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- Representante do Conselho Escolar;
- Conselho do FUNDEB;
- Conselho Municipal de Educação;
- Sociedade Civil Organizada.

O Plano Municipal de Educação de Quarto Centenário será avaliado a cada dois anos através de consulta pública junto a comunidade.

Foi possível avaliar que a meta 1 foi alcançada no primeiro ano de vigência, aplicando-se as estratégias 1.2 e 1.3 que eram de responsabilidade do Município. A meta 2 também foi alcançada principalmente através das estratégias 2.4, 2.9 e 2.10 que fortaleceram o alcance desta meta, conforme Plano em anexo.

Quarto Centenário, 20 de dezembro de 2016.



MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.619.104/0001-41

Alice Miyuki Miyashita: [Signature]
Aparecida Reberti Dalacqua [Signature]
Vilma Aparecida Alves Valle Vilma Apa Alves Valle
Luciana de Souza Molina Luciana de Souza Molina
→ Dilma Maria dos Santos Ferreira Barbosa Dilma Maria dos Santos Ferreira Barbosa
Ofélia Ramos Gonçalves [Signature]
→ Tereza de Fátima Cordeiro Tereza de Fátima Cordeiro
Elenice Nunes Carlucci Elenice N Carlucci
→ Elizabete Rodrigues da Silva Elizabete R. da Silva
Darci Moreno Fernandes [Signature]



MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.619.104/0001-41

ANEXOS

AVENIDA PARANÁ, 1.309, CENTRO - CEP 87.365-000 - TEL/FAX. 44.3546-1176

www.quartocentenario.pr.gov.br



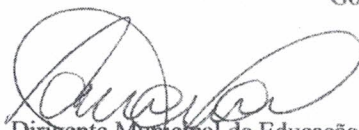
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO

**TERMO DE ADESÃO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO/SASE/MEC**

Eu, Alice Miyuki Miyashita, CPF 025.433.319-21, Dirigente Municipal de Educação de Quarto Centenário, manifesto interesse na adesão voluntária ao processo de assistência técnica para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), Lei nº 518 de 23 de junho de 2015, oferecido pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC). Declaro ter conhecimento de que a assistência técnica consiste na formação, orientação e acompanhamento da comissão instituída para esta finalidade, com base na metodologia descrita no *Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação*. Para que resultados positivos sejam alcançados, responsabilizo-me por:

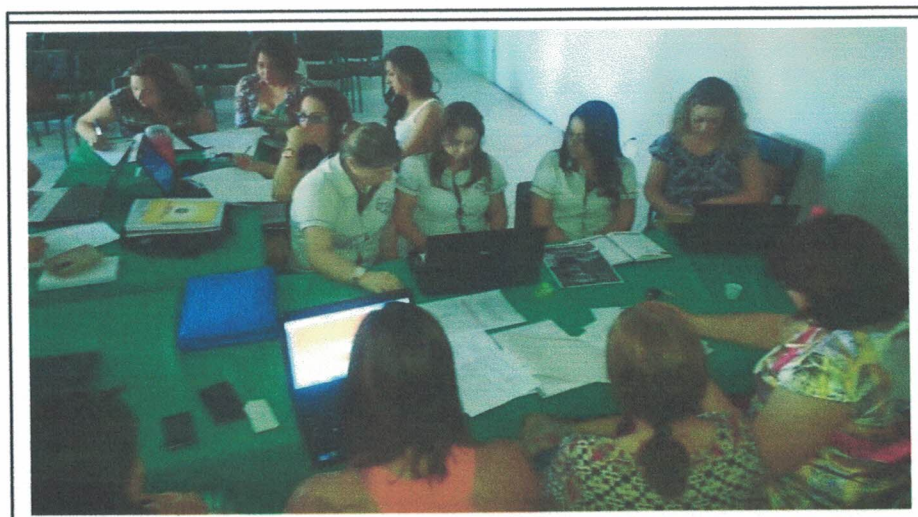
- (i) mobilizar as instituições responsáveis pelo processo de monitoramento e avaliação do PME, conforme previsto em legislação específica ou, na ausência, instituir instância para esta finalidade;
- (ii) viabilizar a participação dos representantes da comissão coordenadora nas formações oferecidas pela Rede de Assistência Técnica/Sase/MEC;
- (iii) disponibilizar informações referentes ao processo de monitoramento e avaliação do PME para divulgação no portal "PNE em Movimento"; e
- (iv) indicar um técnico desta Secretaria como responsável pela interlocução com o avaliador educacional da Sase/MEC.

Goioerê/Paraná, 28 de abril de 2016


Dirigente Municipal de Educação
Assinatura

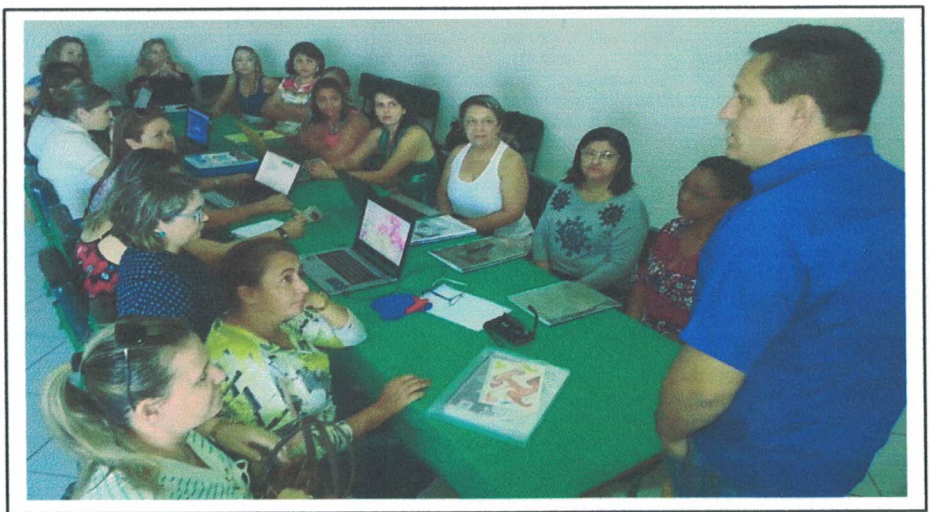
Alice Miyuki Miyashita
Secretária da Educação, Cultura,
Esporte e Lazer
Port. 023/2013 - RG 6.458.196-1

**ASSINATURA DO TERMO DE ADESÃO E REUNIÃO TÉCNICA COM A
COMISSÃO COORDENADORA DOS MUNICÍPIOS OCORRIDA NO DIA
28/04/2016**



**FORMAÇÃO COM A EQUIPE TÉCNICA DO NRE OCORRIDA NO DIA
09/12/2016**





**REUNIÃO COM A COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE QUARTO CENTENÁRIO OCORRIDA NO DIA 07/10/2016**



MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO – ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DATA DO ENCONTRO: 07/10/2016

ATIVIDADE REALIZADA: Encontro para dar continuidade

a leitura e discussão do Plano Municipal de Educação

PARICIPANTE	RG	CPF	ASSINATURA
Alice Miyuki Miyashita	6.458.126-1	025.433.319-21	<i>[Signature]</i>
Aparecida Reberti Dalacqua	8.5.235.966-0	738.309.929-04	<i>[Signature]</i>
Vilma Aparecida Alves Valle	3.652.949-0	490.538.923-15	<i>[Signature]</i>
Luciana de Souza Molina	8.013.667-5	957.019.901-68	<i>[Signature]</i>
Dilma Maria dos Santos Ferreira Barbosa	4.942.061-7	7374.52869-87	<i>[Signature]</i>
Ofélia Ramos Gonçalves	6.270.574-4	026.435.169-07	<i>[Signature]</i>
Tereza de Fátima Cordeiro	6.163.468-1	026-368-009-64	<i>[Signature]</i>
Elenice Nunes Carlucci	5.165.426-9	748.828.219-15	<i>[Signature]</i>
Elizabeth Rodrigues da Silva	4.306.874-1	676.666.209-34	<i>[Signature]</i>
Darci Moreno Fernandes	4.283.340-1	564.283.673-04	<i>[Signature]</i>











MUNICIPIO DE QUARTO CENTENÁRIO – ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DATA DO ENCONTRO: 14/10/2016

ATIVIDADE REALIZADA: Concursos com a Comissão

Coordenadora do P.M.E para rejeitura do documento (continuação)

PARICIPANTE	RG	CPF	ASSINATURA
Alice Miyuki Miyashita	6.458.196-1	025.433.319-21	
Aparecida Reberti Dalacqua	5.235.966-0	738.309.929-04	
Vilma Aparecida Alves Valle	3.652.349-0	490.538.929-15	
Luciana de Souza Molina	8.013.667-6	957.019.901-68	
Dilma Maria dos Santos Ferreira Barbosa	4.942.061-7	737.452.269-87	
Ofélia Ramos Gonçalves	6.270.574-4	026.435.469-07	
Tereza de Fátima Cordeiro	6.163.468-1	026.368-009-64	
Elenice Nunes Carlucci	5.165.426-9	748.828.219-15	
Elizabeth Rodrigues da Silva	4.306.874-1	676.666.209-34	
Darci Moreno Fernandes	4.283.340-1	564.283.679-04	

X
X
X

**REUNIÃO COM A EQUIPE TÉCNICA DO NRE PARA ORIENTAÇÃO DO
PREENCHIMENTO DA AGENDA DE TRABALHO OCORRIDA NO DIA
18/10/2016**



FICHA DE MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FICHA DE MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Município	Quarto Centenário	UF	Paraná
Plano Municipal de Educação	Lei nº 518/2015		
Períodos de Avaliação previstos	Bianual		
Comissão Coordenadora	<p>– Dirigente do Órgão Municipal de Educação: Alice Miyuki Miyashita</p> <p>– Representante da Assessoria Pedagógica: Aparecida Reberti Dalacqua</p> <p>– Representante da Coordenação Educacional e Pedagógica do Ens. Fundamental-Anos Iniciais. Vilma Aparecida Alves Valle</p> <p>– Representante da Coordenação Educacional e Pedagógica da Educação Infantil: Luciana de Souza Molina</p> <p>– Representante dos Diretores das instituições Escolares e Conselho FUNDEB: Dilma Maria dos Santos Ferreira Barboda</p> <p>– Representante dos Professores: Ofélia Ramos Gonçalves</p> <p>– Representante dos Educadores Infantis: Tereza de Fátima Cordeiro</p> <p>– Representante dos Conselhos Escolares: Elenice Nunes Carlucci</p> <p>– Representante do Conselho Municipal de Educação: Elizabeth Rodrigues da Silva</p> <p>– Representante da Sociedade Civil: Darci Moreno Fernandes</p>		
	Portaria nº 939/2016		
Equipe Técnica	(nome)		(Ato legal)

PARTE A

Agenda de trabalho da comissão coordenadora de Quarto Centenário

ETAPAS	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
I. Organizar o trabalho	1. Reunião para verificação da comissão existente no Plano para o processo de monitoramento e avaliação	Técnicos do NRE Goioere - Fernanda Gorri Pareja	28/04/2016	Orientar os municípios acerca dos encaminhamentos a serem realizados para verificação e formação da comissão coordenadora e/ou equipe técnica do processo de monitoramento e avaliação do PME e assinatura do termo de adesão.
	2. Reunião para definição da comissão coordenadora para o Processo de monitoramento e avaliação do plano e/ou equipe técnica para atuar no levantamento e na sistematização de todos os dados e informações referentes ao plano.	Técnica do NRE de Campo Mourão Sra. Rosimeire Aparecida de Caires	16/08/2016	Auxiliar os Municípios no processo de monitoramento e avaliação do PME
	3. Reunião técnica com a Comissão Coordenadora dos Municípios.	Técnica do NRE de Goioere - Fernanda Gorri Pareja	28/09/2016	Orientação sobre o preenchimento da parte A da ficha de monitoramento do PME
	4. Reunião para formação da Comissão	Secretaria Municipal da Educação	29/09/2016	Após reunião técnica realizada no NRE, a secretaria Municipal de

Coordenadora do Plano	Educação entendeu que havia a necessidade de revisão dos integrantes da Comissão Coordenadora anterior.			
5. Nomeação da nova Comissão de Coordenação e acompanhamento do PME e criação do Ato Legal	Nomeação e Publicação do ato legal da Comissão Coordenadora de Avaliação e Acompanhamento do PME	29/09/2016	Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal	
6. Reunião para esclarecimento/informações sobre o processo de Monitoramento e avaliação do PME	Reunião com os membros nomeados para a Comissão de Avaliação e Acompanhamento do PME, a fim de informá-los sobre o processo a ser desenvolvido ao longo do trabalho e uma possível organização e finalização do preenchimento da parte A da ficha de monitoramento do PME.	30/09/2016	Comissão Coordenadora PME	
7. Preenchimento da parte A da FICHA DE MONITORAMENTO DO PME	Preenchimento da parte A da ficha de monitoramento do PME com organização de cronograma de trabalho.	03/09/2016	Comissão Coordenadora	
8. Envio da parte A da ficha de monitoramento do PME		03/10/2016	Comissão Coordenadora	
1. Reunião para releitura do PME	Leitura minuciosa e discussão de cada meta e estratégia do PME realizada pelos membros da Comissão Coordenadora do PME	07/10/2016	Comissão Coordenadora PME	
II. Estudar o plano				

	2. Reunião para releitura do PME	Comissão Coordenadora PME	14/10/2016	Continuação da Leitura do PME e esclarecimentos sobre as metas e estratégias
	3. Reunião para orientação do preenchimento Agenda de trabalho.	Equipe Técnica do NRE de Goioere - Fernanda	18/10/2016	Orientação e assessoramento aos integrantes da Comissão Coordenadora acerca do preenchimento da Agenda de Trabalho.
	4. Agenda de trabalho		31/10/2016	Envio para o NRE da ficha de trabalho parte B
	5. Formação	Equipe Técnica do NRE de Goioere - Fernanda	09/12/2016	Preparação metodológica para elaboração do Relatório Anual do Processo de Monitoramento e Avaliação do PME
	1. Formação da parte B da FICHA DE MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Equipe Técnica do NRE de Goioere - Fernanda	03/03/2017	Orientar e assessorar integrantes da comissão coordenadora e equipe técnica dos municípios acerca do preenchimento da parte B da ficha de monitoramento do PME
III. Monitorar continuamente as metas e estratégias	2. Reunião para verificar os indicadores de cada meta	Comissão Coordenadora do PME	13/03/2017	Reunião com a Comissão Coordenadora do PME para dar início à discussão das metas e estratégias observando seus indicadores
	3. Reunião para verificar os indicadores de cada meta	Comissão Coordenadora do PME	14/03/2017	Reunião com a Comissão Coordenadora do PME para dar continuidade à discussão das metas e estratégias observando

				seus indicadores.
4. Reunião para elaboração de um documento específico que norteia a descrição das metas o indicador escolhido e a fonte oficial utilizada nos mesmos.	Comissão Coordenadora do PME	10/04/2017	Início da elaboração de um documento específico para registro e descrição das metas, o indicador escolhido e os dados oficiais.	
5. Reunião técnica no NRE de Goioere	NRE de Goioere – técnica Fernanda Gorri Pareja	15/05/2017	Orientações acerca do preenchimento da parte C da ficha de monitoramento do PME	
6. Reunião para preenchimento da parte C da ficha de monitoramento do PME após, definição dos indicadores e fontes de dados	Comissão Coordenadora do PME	26/05/2017	Início dos trabalhos	
7. Grupo de estudo para preenchimento da nota técnica	Comissão Coordenador do PME	02/06/2017	Preenchimento da nota técnica	
8. Reunião para preenchimento da parte C da ficha de monitoramento do PME após, definição dos indicadores e fontes de dados.	Comissão Coordenadora do PME	11/08/2017	Continuidade dos trabalhos	
9. Fechamento e envio das fichas para o NRE	Comissão Coordenadora do PME	31/08/2017	Envio das fichas para o NRE	

**IV. Avaliar
periodicamente o
plano**

1. Sistematização das análises realizadas nas etapas anuais e debates internos	Comissão Coordenadora do PME	15/09/2017	Sistematização da análises realizadas nas etapas anuais e debates internos
2. Construção e elaboração de textos para enviar para a Secretaria de Educação para análise e debates	Comissão Coordenadora do PME	06/10/2017	Elaboração de textos a ser enviado à Secretaria de Educação.
3. Realização de debates para análise do documento preliminar	Secretaria Municipal da Educação	20/10/2017	Comissão Coordenadora e Comunidade em Geral
4. Realização de audiências públicas para aprovação das alterações do documento versão final do PME	Secretaria Municipal da Educação	31/10/2017	Discussão e divulgação do documento
5. Envio para a apreciação e aprovação das alterações da lei do PME pela Câmara Municipal	Secretaria Municipal de Educação e Câmara Municipal	06/11/2017	Aprovação da lei



MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.619.104/0001-41

Lei nº 518/2015

Aprova o Plano Municipal de Educação de Quarto Centenário e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **REINALDO KRACHINSKI**, **Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, constante do Anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º São diretrizes nacionais que da mesma forma presidem o PME de Quarto Centenário :

- I - Erradicação do analfabetismo;
- II - Universalização do atendimento escolar;
- III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - Melhoria da qualidade da educação;
- V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;
- VIII - Estabelecimento de estratégias que assegurem o atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - Valorização dos profissionais da educação;
- X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º A execução do Plano Municipal de Educação se pautará pelo regime de colaboração entre a União, o Estado, o Município e a Sociedade Civil.

§ 1º O Poder Público Municipal exercerá papel indutor na implementação das estratégias estabelecidas no Anexo deste Plano, que deverão ser cumpridas no prazo de sua vigência, desde que não haja prazo inferior definido para as metas nacionais e as estratégias específicas.

§ 2º A partir da vigência desta Lei, as instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades de Educação para Jovens e Adultos e Educação Especial, integrantes da rede municipal de ensino, em articulação com a rede estadual e privada, que compõem o Sistema Estadual de Ensino, deverão organizar seus planejamentos e desenvolver suas ações educativas, com base no Plano Municipal de Educação.



MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.619.104/0001-41

§ 3º O Poder Legislativo, por intermédio de seus integrantes, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º O Município, em articulação com a União, o Estado e a Sociedade Civil, procederá às avaliações periódicas de implementação do Plano Municipal de Educação e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

§ 1º A primeira avaliação será realizada no segundo ano após a aprovação, e as posteriores a cada dois anos.

§ 2º Caberá ao Poder Legislativo Municipal aprovar as medidas legais decorrentes com vista à correção de deficiências e distorções.

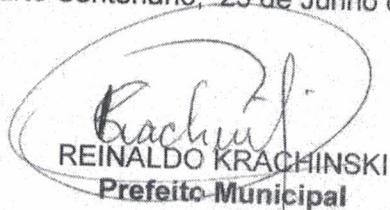
Art. 5º O Poder Público Municipal, em conjunto com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação do PME, formado pelo Dirigente Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação, estabelecerão os mecanismos necessários ao acompanhamento de sua execução.

Art. 6º Os planos plurianuais e as diretrizes orçamentárias do Município deverão ser elaborados de modo a dar suporte às estratégias constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 7º O Poder Público Municipal se empenhará na divulgação deste Plano e na progressiva realização das suas estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "29 de Abril"
Quarto Centenário, 23 de Junho de 2015.


REINALDO KRACHINSKI
Prefeito Municipal

REINALDO KRACHINSKI
Prefeito Municipal
CPF 329.708.119-87

PUBLICADO
ÓRGÃO OFICIAL
nº 107 de 24.06.2015

PREFEITURA DE QUARTO CENTENÁRIO

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANEXO**

JUNHO/2015



REINALDO KRACHINSKI
Prefeito

FÁTIMA APARECIDA BUGNO DE OLIVEIRA
Vice-Prefeita

ALICE MIYUKI MIYASHITA
Secretária Municipal de Educação

ELISEU DE ALMEIDA
Presidente da Câmara de Vereadores

ANTÔNIO DA SILVA PEREIRA
DIOGO DOS SANTOS
GABRIEL DE CARES
JOÃO BATISTA KOASNE
JOÃO PEDRO NETTO
JORGE FERNANDO BERGO
MARCOS APARECIDO BEIJORA
SILVIO APARECIDO BESSANI

Vereadores



IV - METAS E ESTRATÉGIAS

As metas apresentadas a seguir são as metas propostas no Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, porém, as estratégias são baseadas no diagnóstico da realidade do município de Quarto Centenário – Paraná.

EDUCAÇÃO INFANTIL

META 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 1.1) Expandir o atendimento da educação infantil da rede municipal de ensino segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades do Município. *
- 1.2) Realizar, periodicamente, em parceria com as áreas da assistência social e saúde, levantamento da demanda por creche para a população de até três anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.
- 1.3) Estabelecer, por meio da Secretaria Municipal de Educação, normas, procedimentos e prazos para definição do quantitativo da demanda das famílias por creches.
- 1.4) Buscar a adesão aos programas nacionais de construção e reestruturação de escolas e creches, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil. */***
- 1.5) Assegurar, na rede municipal de ensino, a avaliação da educação infantil, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes. *
- 1.6) Promover, na rede municipal de ensino, a formação continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior. *
- 1.7) Fomentar, na rede municipal de ensino, o atendimento das populações do campo na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender

às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada. *

- 1.8) Priorizar, na rede municipal de ensino, o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica e cursos de aperfeiçoamento aos profissionais da educação. *
- 1.9) Implementar, na rede municipal de ensino, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até três anos de idade, especialmente os portadores de necessidades especiais.
- 1.10) Garantir o atendimento da criança de zero a cinco anos em estabelecimentos municipais que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e que preservem as especificidades desta etapa de ensino. *
- 1.11) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância. *
- 1.12) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até três anos.
- 1.13) Assegurar, na rede municipal de ensino, o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de zero a três anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, ampliando esse atendimento às crianças de quatro e cinco anos.
- 1.14) Garantir o atendimento da população do campo na educação infantil, garantindo transporte escolar, em colaboração com a União, observando o limite geográfico entre moradia e instituição de ensino. *

ENSINO FUNDAMENTAL

META 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 2.1) Apoiar e colaborar com a construção da proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do ensino fundamental, que o MEC irá elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação. *
- 2.2) Colaborar com a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental. *
- 2.3) Assegurar, na rede municipal de ensino, mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental, elaborando estratégias para suprir eventuais necessidades. *
- 2.4) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. */**/**
- 2.5) Promover, em parceria com o Estado, a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. **
- 2.6) Desenvolver, na rede municipal de ensino, estratégias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial.
- 2.7) Disciplinar, em colaboração com o Estado, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região. **
- 2.8) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural. ***
- 2.9) Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre a escola e as famílias. ***
- 2.10) Oferecer, na rede municipal de ensino, atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos municipais.



- 2.11) Promover, na rede municipal de ensino, atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal.
- 2.12) Construir espaço físico exclusivo para a Escola Municipal na sede do Município.
- 2.13) Criar e contratar, na rede municipal de ensino, equipe multidisciplinar para atendimento exclusivo à educação nas seguintes especialidades: psicólogo, psicopedagogo, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.
- 2.14) Adquirir materiais adaptados para alunos inclusos na rede municipal de ensino. *
- 2.15) Estabelecer parceria com a rede estadual de ensino para promover melhor interação entre anos iniciais e finais do ensino fundamental. **

ENSINO MÉDIO

META 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 3.1) Fomentar, junto ao Estado, a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades da população do Município. **
- 3.2) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude. */**
- 3.3) Promover, em parceria com o Estado, a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude. **
- 3.4) Fomentar, junto ao Estado, programas de educação e de cultura para os jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar. **
- 3.5) Contribuir para a implementação de políticas de prevenção à evasão no ensino médio motivada por preconceito ou quaisquer formas de

discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão. **

- 3.6) Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas. **
- 3.7) Fomentar a participação dos jovens no Exame Nacional do Ensino Médio, como critério de acesso à educação superior. */**

EDUCAÇÃO ESPECIAL

META 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 4.1) Promover, na rede municipal de ensino, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de zero a três anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- 4.2) Manter, na rede municipal de ensino, as salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada dos profissionais da educação para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo. *
- 4.3) Garantir, na rede municipal de ensino, a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação e ouvidos a família e o aluno. *
- 4.4) Aderir aos programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação. */***

- 4.5) Garantir, na rede municipal de ensino, a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de zero a dezessete anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos. *
- 4.6) Garantir, na rede municipal de ensino, a oferta da educação inclusiva e promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado. *
- 4.7) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude. */***
- 4.8) Ampliar, quando necessário, na rede municipal de ensino, as equipes de profissionais da educação para atender a demanda do processo de escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de LIBRAS, prioritariamente surdos, e professores bilíngues. *
- 4.9) Buscar parcerias com instituições filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas na rede pública municipal de ensino. *
- 4.10) Buscar parcerias com instituições filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública municipal de ensino. *



- 4.11) Buscar parceria com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo. ***

ALFABETIZAÇÃO

META 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 5.1) Estruturar, na rede municipal de ensino, os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças. *
- 5.2) Instituir, na rede municipal de ensino, instrumentos de avaliação específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental. *
- 5.3) Apoiar a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos. ***/***
- 5.4) Fomentar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade. ***
- 5.5) Promover e estimular, na rede municipal de ensino, a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, e ações de formação continuada de professores para a alfabetização. *
- 5.6) Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. ***

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

META 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 6.1) Promover, com o apoio da União, a oferta gradativa de educação básica pública municipal em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo. *
- 6.2) Assegurar que as escolas públicas municipais tenham padrão arquitetônico e mobiliário adequado para atendimento em tempo integral. *
- 6.3) Buscar a adesão ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas municipais, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral. *
- 6.4) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques e centro cultural.
- 6.5) Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública municipal. *
- 6.6) Adotar, na rede municipal de ensino, medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais. *

IDEB

META 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:

Ano	Metas Projetadas			
	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Quarto Centenário	5,0	5,3	5,5	5,8
Anos Finais do Ensino Fundamental – Quarto Centenário	4,6	4,9	5,2	5,4

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 7.1) Assegurar, na rede municipal de ensino, que a maioria dos alunos do ensino fundamental alcance nível desejável de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo. *

- 7.2) Assegurar, na rede municipal de ensino, as políticas públicas de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas municipais com os menores índices, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo as desigualdades gradativamente. *
- 7.3) Implementar, na rede municipal de ensino, processo contínuo de autoavaliação das escolas municipais, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.
- 7.4) Executar, em regime de colaboração com a União, o Plano de Ações Articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação municipal, voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar. *
- 7.5) Acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas municipais, assegurando o acesso público às informações em sites oficiais do Município. *
- 7.6) Incentivar, na rede municipal de ensino, a implementação de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem.
- 7.7) Garantir transporte gratuito para todos os estudantes que moram na zona rural na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento. */**
- 7.8) Universalizar, na rede municipal de ensino, com a colaboração da União, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação. *
- 7.9) Apoiar a gestão escolar, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática. ***
- 7.10) Assegurar aos alunos da rede municipal de ensino, em colaboração com a União, programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. *

- 7.11) Assegurar a todas as escolas públicas municipais, o acesso à energia elétrica e abastecimento de água tratada, e garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de informática e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência. *
- 7.12) Buscar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas municipais, visando à equalização regional das oportunidades educacionais. *
- 7.13) Prover, na rede municipal de ensino, equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas municipais. *
- 7.14) Criar, na rede municipal de ensino, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet. *
- 7.15) Informatizar a gestão das escolas públicas municipais e da Secretaria Municipal de Educação.
- 7.16) Aderir ao programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da Secretaria Municipal de Educação. *
- 7.17) Garantir, em regime de colaboração, políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar. *///***
- 7.18) Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ***
- 7.19) Garantir nos currículos escolares, da rede municipal de ensino, conteúdos sobre a História e as Culturas Afro-Brasileira e Indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil. *
- 7.20) Consolidar a educação escolar do campo de populações tradicionais e de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural. ***

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ESCOLARIDADE MÉDIA

META 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 8.1) Aderir aos programas e às tecnologias estabelecidas em nível nacional e/ou estadual, para a correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado e recuperação e progressão parcial, bem como priorizar os estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados. */**/*
- 8.2) Assegurar a oferta de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial, sempre que houver demanda. **/*
- 8.3) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino. **/*
- 8.4) Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude. ***

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ALFABETIZAÇÃO

META 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 9.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, sempre que houver demanda. */**

- 7.21) Desenvolver, na rede municipal de ensino, currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação. *
- 7.22) Mobilizar, através das escolas municipais, as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais. *
- 7.23) Promover a articulação dos programas da área da educação, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional. *
- 7.24) Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.
- 7.25) Estabelecer, na rede municipal de ensino, ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.
- 7.26) Aderir ao Sistema Nacional de Avaliação, para fortalecer as políticas públicas e orientar as práticas pedagógicas. */***
- 7.27) Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem. ***
- 7.28) Aderir ao Programa Nacional de Formação de Professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional. *
- 7.29) Estabelecer políticas de estímulo às escolas municipais que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar. *



- 9.2) Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos. **
- 9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica. */**
- 9.4) Buscar a adesão ao programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização. *
- 9.5) Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil. **
- 9.6) Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de quinze anos de idade. **
- 9.7) Fomentar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos, em regime de colaboração, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde. */**/***
- 9.8) Incentivar a implementação de projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos. ***
- 9.9) Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos. **
- 9.10) Aderir aos programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos com deficiência, de forma que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população. */**
- 9.11) Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas. */**

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 10.1) Estimular a oferta do programa de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica. */**
- 10.2) Viabilizar mecanismos de expansão das matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores. */**
- 10.3) Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos, e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo, inclusive na modalidade de educação a distância. */**
- 10.4) Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. */**
- 10.5) Buscar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência. */**/**
- 10.6) Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, de forma que haja a articulação da formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos. **/**
- 10.7) Fomentar a produção e/ou aquisição de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes da rede pública que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. **/**

- 10.8) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade. **
- 10.9) Buscar a adesão ao programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. */***
- 10.10) Incentivar a implementação de mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio. ***

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 11.1) Fomentar, junto ao poder público estadual e federal, a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita. */**
- 11.2) Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude. **
- 11.3) Fomentar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade. **
- 11.4) Fomentar que a oferta de educação profissional no Município esteja articulada aos dados do mercado de trabalho e às consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores. **

EDUCAÇÃO SUPERIOR

META 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 12.1) Estimular a ampliação da oferta de estágio na rede municipal como parte da formação na educação superior.
- 12.2) Assegurar ações de incentivo à mobilidade estudantil para as instituições de educação superior da região, tendo em vista o enriquecimento da formação em nível superior. *
- 12.3) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, considerando as necessidades locais, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.
- 12.4) Implantar estudos relacionados ao desenvolvimento cultural, social e econômico que o ensino superior possa proporcionar ao Município.
- 12.5) Garantir o transporte gratuito para estudantes universitários até os principais centros universitários ou onde há a maior concentração desses estudantes. **

EDUCAÇÃO SUPERIOR

META 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

ESTRATÉGIA MUNICIPAL:

- 13.1) Estimular a participação da população em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular aqueles ligados às áreas de necessidades do Município

EDUCAÇÃO SUPERIOR

META 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

ESTRATÉGIA MUNICIPAL:

- 14.1) Estimular, por meio de dispositivos no Plano de Carreira do Magistério, a participação dos profissionais do magistério em programas de mestrado.

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

META 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 15.1) Incentivar a valorização das práticas de ensino e os estágios dos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando a articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica. ***
- 15.2) Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior, destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério. */**
- 15.3) Implantar, na rede municipal de ensino, política de formação continuada aos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério. *
- 15.4) Implementar, na rede municipal de ensino, programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a educação especial. *

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

META 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 16.1) Garantir, em regime de colaboração, que todos os profissionais do magistério público municipal, tenham formação continuada, e fomentar a oferta de pós-graduação por parte das instituições de educação superior existentes na região, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município. *



16.2) Buscar a adesão ao programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em LIBRAS e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação. *

16.3) Aderir ao programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público, fortalecendo a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura. *

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

META 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

17.1) Acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público municipal, assegurando esta atualização nas respectivas tabelas salariais do Plano de Carreira. *

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

META 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

18.1) Assegurar, na rede municipal de ensino que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90%, no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50%, no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício na rede escolar a que se encontrem vinculados.

18.2) Assegurar, na rede municipal de ensino, acompanhamento dos profissionais iniciantes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório.

- 18.3) Buscar, na rede municipal de ensino, a adesão à prova nacional na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério. *
- 18.4) (vetado)
- 18.5) Assegurar, na rede municipal de ensino, a manutenção da Comissão de Gestão do Plano de Carreira, com a participação dos profissionais do magistério, para subsidiar a reestruturação e implementação do Plano de Carreira de acordo com as mudanças da legislação educacional. *

GESTÃO

META 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 19.1) Considerar, para a nomeação dos diretores de escola municipais, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar. *
- 19.2) Aderir aos programas de apoio e formação de conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções. */***
- 19.3) Realizar as conferências municipais visando o acompanhamento da execução deste PME a cada dois anos.
- 19.4) Fortalecer as associações de pais, assegurando-lhes espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas municipais e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações. *
- 19.5) Manter conselhos escolares na rede municipal de ensino e fortalecer o Conselho Municipal de Educação, visando dinamizar estes colegiados como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando condições de funcionamento autônomo.
- 19.6) Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e

regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares. ***

- 19.7) Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da rede municipal de ensino. ***
- 19.8) Assegurar a oferta de cursos de formação para os gestores escolares municipais, em parceria com a União, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento destas funções. *
- 19.9) Desmembrar a Secretaria Municipal de Educação, garantindo atenção exclusiva às questões educacionais.

FINANCIAMENTO

META 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 20.1) Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento e controle da arrecadação dos impostos municipais.
- 20.2) Destinar, na forma da lei, à manutenção e desenvolvimento do ensino, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos. *
- 20.3) Assegurar a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a manutenção dos dados nos portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. *
- 20.4) Implementar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) nos termos da legislação em vigor. *
- 20.5) Dar cumprimento à Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, a partir de sua vigência. *

(*) O cumprimento desta Estratégia depende da colaboração da União.

(**) O cumprimento desta Estratégia depende da colaboração do Estado.

(***) O cumprimento desta Estratégia, ao que se refere às instituições de ensino que não são da rede municipal, depende dos programas e/ou da iniciativa de cada mantenedora.

V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

A implantação com sucesso, do Plano Municipal de Educação – PME, no município de Quarto Centenário, depende, não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas, também, de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações, a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

O Órgão Municipal de Educação, na figura do Dirigente Municipal de Educação, e o Conselho Municipal de Educação são responsáveis pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano, formando em conjunto o “Grupo de Avaliação e Acompanhamento do PME”. Desempenhará também um papel essencial nessas funções, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as metas e estratégias aqui estabelecidas, sugerindo sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

As metas nacionais e estratégias deste Plano, somente poderão ser alcançadas se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, portanto, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e pela sociedade civil, são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional, propiciando a inclusão social e a cidadania plena.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Para isto, deverão ser instituídos mecanismos de avaliação e acompanhamento, necessários para monitorar continuamente durante os dez anos de vigência, a execução do PME.

A primeira avaliação técnica será realizada no segundo ano após sua implantação, e as posteriores a cada dois anos. Além da avaliação técnica, realizada periodicamente, poderão ser feitas avaliações contínuas, com a participação das comissões de elaboração do PME, com a sociedade civil organizada, por meio de conferências, audiências, encontros e reuniões, organizadas pelo Grupo de Avaliação e Acompanhamento.

Os instrumentos de avaliação instituídos em nível nacional e estadual são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as prioridades, metas e estratégias propostas no PME estão sendo atingidas, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Constituição Federal de 1988.

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei nº 9.394/96, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Lei nº 11.494/07, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2015, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.



SITES CONSULTADOS

http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/quarto-centenario_pr

<http://pib.data2.com.br/quarto-centenario-pr>

